



PROCESSO	1000103068/2020
PROTOCOLO	1243165/2021
INTERESSADO	J. C. C. LTDA
ASSUNTO	AUSÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO
<b>DELIBERAÇÃO Nº 122/2021 - CEP-CAU/RS</b>	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente por meio de videoconferência, no dia 17 de agosto de 2021, no uso das competências que lhe confere o inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando que a pessoa jurídica, J. C. C. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.086.361/0001-07 e registrada no CAU sob o nº PJ33584-3, foi constituída, tendo como atividade primária “*Obras de alvenaria*”, conforme CNPJ (doc. 004), e, em seu objeto social, consta que a empresa foi constituída para o fim de “*OBRAS DE ALVENARIA*”, conforme JUCISRS (doc. 005), as quais se constituem como atividades compartilhadas da profissão de arquitetura e urbanismo e estão sujeitas à fiscalização do CAU/RS, devendo, para tanto, possuir profissional que se responsabilize tecnicamente por tais atividades;

Considerando que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R\$ 2.857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, devidamente notificada, a parte autuada não efetivou a regularização da situação averiguada e que foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;

**DELIBEROU:**

1. Por aprovar, unanimemente, o voto da relatora, Conselheira Ingrid Louise de Souza Dahm, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000103068/2020 e, conseqüentemente, da multa imposta por meio deste, em razão de que a pessoa jurídica autuada, J. C. C. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.086.361/0001-07 e registrada no CAU sob o nº PJ33584-3, incorreu em infração ao art. 35, inciso XII, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por ter exercido atividade afeita a profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, possuir responsável técnico anotado, com RRT de cargo e função;
2. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto no art. 20, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;
3. Por informar ao interessado que a multa resultante do auto de infração pode ser quitada antes do trânsito em julgado, mediante a solicitação do boleto; e



4. Uma vez que a autuada se encontra baixada junto à Receita Federal, bem como sua atividade envolve Obras de Alvenaria, após o trânsito em julgado, solicitar ao setor de pessoa jurídica a baixa de ofício da empresa no CAU.

Porto Alegre - RS, 17 de agosto de 2021.

Acompanhada dos votos dos conselheiros Carlos Eduardo Mesquita Pedone, Ingrid Louise de Souza Dahm e Patrícia Lopes Silva, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

**Andréa Larruscahim Hamilton Ilha**  
Coordenadora da Comissão de Exercício Profissional